

A logística conjunta de defesa

José Orlando Ribeiro Cardoso¹

A coordenação da logística de defesa no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa é exercida pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA).

Criado em 25 de agosto de 2010, o EMCFA tem o propósito de planejar ações integradas entre as três Forças Armadas (FA) do país, apoiando-as no cumprimento de suas obrigações constitucionais.

A Chefia de Logística do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

O que é?

A Chefia de Logística (CHELOG) é um importante parceiro na consolidação do EMCFA no âmbito do Ministério da Defesa, sendo a principal responsável pelo fortalecimento da interoperabilidade logística entre as FA, contribuindo para firmar a liderança do Estado-Maior Conjunto na coordenação das atividades de logística e mobilização interforças e interagências.

A CHELOG atua como agente principal na coordenação da logística conjunta

ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DA DEFESA



Figura 1 – Organograma do MD
Fonte: Ministério da Defesa

para que as FA possam cumprir, com pleno êxito, suas missões constitucionais, com a finalidade de aperfeiçoar a capacidade de defesa do país.

Estrutura do Ministério da Defesa

Estrutura em vigor do EMCFA e da CHELOG

A Chefia de Logística é composta de três subchefias, cujos titulares são oficiais-generais, um de cada Força: Subchefia de In-

¹ Gen Div, vice-chefe de Logística do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.



Figura 2 – Organograma do MD

Fonte: Ministério da Defesa

tegração Logística, Subchefia de Mobilização e Subchefia de Coordenação de Logística e Mobilização.

Missão da Chefia de Logística

Cabe à CHELOG promover o processo de integração e a interoperabilidade logística entre as três Forças Armadas, coordenando o planejamento, a execução e o acompanhamento de programas e projetos voltados à integração logística, ao aerolevanteamento, à geoinformação de defesa, ao serviço militar obrigatório, à mobilização militar e nacional, às operações conjuntas, ao Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa (PAED), ao Projeto Soldado Cidadão e ao encargo adicional de apoio ao Programa Mais Médicos.

Atribuições da Chefia de Logística

Entre as principais atribuições da CHELOG, destacam-se:

- I. coordenar os assuntos relacionados à interoperabilidade entre os sistemas de logística e mobilização das Forças em proveito do Sistema de Logística de Defesa (SisLogD) e do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB);
- II. orientar, supervisionar e controlar as atividades relativas à consolidação do Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa;
- III. coordenar, na sua área de atuação, o planejamento, a execução e o acompanhamento de programas e projetos voltados para a logística, a mobilização, a tecnologia militar e a geoinformação;

- IV. propor ações e coordenar atividades de articulação e integração, interna e externa, para viabilizar, em sua área de competência, a integração de esforços e a racionalidade administrativa;
- V. elaborar e acompanhar os planejamentos afetos à logística e à mobilização para emprego nas operações conjuntas, com ênfase na interoperabilidade.

Principais atividades de coordenação da Chefia de Logística

Plano de Articulação e Equipamento de Defesa

O PAED, em processo de revisão para adequação à atual conjuntura econômica, é decorrente da Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, atualizada pela END de 2013.

O PAED representa a consolidação dos detalhados planos de articulação territorial, incluindo a criação, a transformação e a rearticulação de organizações militares, e de ampliação e modernização de equipamentos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, abrangendo um período de 20 anos.

Os objetivos e aspectos relevantes do PAED incluem:

- I. emprego das FA em cumprimento à destinação constitucional ou como participantes do desenvolvimento nacional;
- II. harmonização da capacidade de defesa com o crescente nível de desenvolvimento e o papel de protagonista desempenhado pelo Brasil no cenário internacional;

- III. adensamento de meios em nossas fronteiras, particularmente na região Amazônica, área prioritária, e na área estratégica do Atlântico Sul, apoiados por uma estrutura logística compatível;
- IV. proteção dos centros políticos e econômicos do país e das estruturas estratégicas;
- V. racionalidade administrativa, coordenação de projetos comuns, cooperação entre as FA e integração dos programas e projetos constantes do PAED aos demais segmentos da sociedade brasileira com responsabilidades diretas em relação à defesa do Brasil;
- VI. aumento da capacidade dissuasória ou de pronta resposta a qualquer ameaça ou agressão, em decorrência do estabelecimento de uma estrutura de defesa flexível, com condições de efetuar a vigilância e o monitoramento das áreas estratégicas, dotada de elevado grau de mobilidade e apta a ser empregada, conforme preconizado pela END.

Embora não aprovado formalmente, o PAED, definido pelos projetos que o integram, já foi apresentado em importantes áreas do Executivo e do Legislativo, para viabilização orçamentária que permita conferir previsibilidade, estabilidade e continuidade aos seus projetos.

O PAED, quando concluído, mais do que proporcionar a justa obtenção (recuperação) das capacidades operacionais plenas da Marinha do Brasil (MB), do Exército Brasileiro (EB) e da Força Aérea Brasileira (FAB), transformará as FA bra-

sileiras, tornando-as mais capacitadas ao cumprimento de suas missões constitucionais e permitirá ao país dispor de uma base industrial de defesa forte e compatível com sua estatura político-econômica e com o suporte estratégico pretendido por todos, em benefício da sociedade.

Serviço Militar

Na área do Serviço Militar, por meio do Plano Geral de Convocação, normatizam-se os procedimentos para o licenciamento, a seleção e a incorporação dos cidadãos cujos resultados se caracterizam pela transparência às atividades nos quartéis; pelo estreitamento dos laços de amizade para com a sociedade; pelo fortalecimento da imagem positiva do MD e EA perante a opinião pública; pela facilitação da ascensão social aos jovens conscritos; e pela contribuição para a oferta anual de emprego. Anualmente, cerca de 90 mil jovens são incorporados ao Serviço Militar.

A **Figura 3** apresenta alguns aspectos do Serviço Militar sob a coordenação da CHELOG.

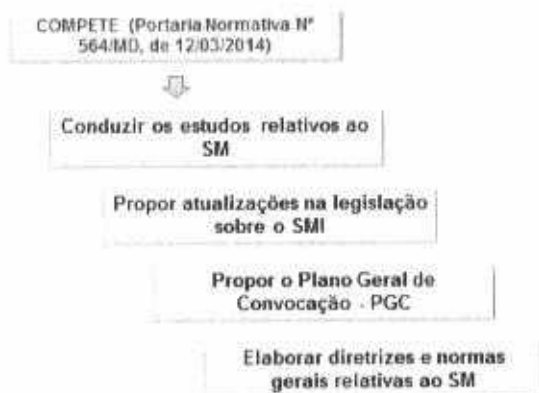


Figura 3 – Competências da Chefe de Logística do MD
Fonte: Ministério da Defesa

Os instrumentos legais que fundamentam as competências da CHELOG do MD quanto ao serviço militar são os seguintes:

- I. Lei do Serviço Militar e seu regulamento – estabelece e regula o Serviço Militar;
- II. Constituição Federal – estabelece o Serviço Alternativo;
- III. Estratégia de Defesa Nacional – Reafirma o SMO.



Figura 4 – Sequência do recrutamento
Fonte: Ministério da Defesa

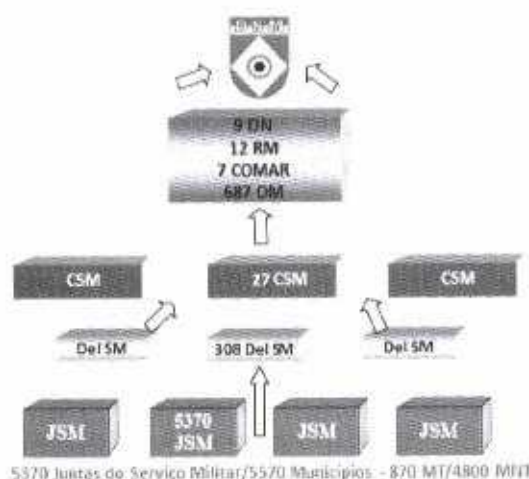


Figura 5 – Órgãos de recrutamento
Fonte: Ministério da Defesa



Figura 6 – Exemplos da publicidade do Serviço Militar
Fonte: Ministério da Defesa

IDADE	SITUAÇÃO
18	ALISTAMENTO
19	INCORPORAÇÃO
20	LICENCIAMENTO
20 e 24	NA DISPONIBILIDADE
25 a 35	ALÉM DA DISPONIBILIDADE
35 a 45	DESTINO RESERVADO

Lei 4375 / 1964 (Lei do Serviço Militar) Art 5º A obrigação para com o Serviço Militar, em tempo de paz, começa no 1º dia de janeiro do ano em que a cidadão completar 18 (dezoito) anos de idade e subsistirá até 31 de dezembro do ano em que completar 45 (quarenta e cinco) anos.

Figura 7 – Controle da reserva mobilizável por faixa etária
Fonte: Ministério da Defesa

Projeto Soldado Cidadão

Na condução do Projeto Soldado Cidadão, a CHELOG coordena, anualmente, as atividades de qualificação de jovens prestadores do Serviço Militar em todo o Brasil. Desde o início do projeto, em 2004, foi ultrapassada a ambiciosa meta de duzentos mil jovens aptos a ingressar no mercado de trabalho. Por isso, é justo citar sua exitosa caminhada, cujos dez anos foram comemorados em novembro de 2014. Para os anos vindouros, projeta-se a qualificação de cerca de 12 mil jovens prestadores do Serviço Militar.

Algumas características do Projeto Soldado Cidadão constam na Figura 8.



Figura 8 – As características do Projeto Soldado Cidadão
Fonte: Ministério da Defesa

Como forma de estímulo aos participantes do projeto, foi instituído o Prêmio Melhor Gestão, sendo a cerimônia de premiação realizada em Brasília-DF, com a presença de importantes autoridades (Tabela 1).

Mobilização Militar

Na área da Mobilização Militar, priorizam-se a adequação e a modernização do embasamento legal, com a aprovação de diversas publicações, tais como: política, doutrina, manuais, diretrizes e normas que respaldem as ações do preparo das Forças Armadas afetadas ao Sistema de Mobilização Militar (SISMOMIL). Agregando ferramenta de TI confiável, ágil e segura, introduziu-se uma nova funcionalidade, denominada Módulo de Empresas Mobilizáveis (MODEMOB), para o cadastramento de empresas nacionais de elevado valor estratégico. Realizam-se, todo ano, seminários, simpósios e painéis, com vistas ao aprimoramento do pessoal voltado para essa área de atividade e ao aperfeiçoamento do SISMOMIL.

ANO	 OMH Vencedora Marinha	 OMH Vencedora Exército	 OMH Vencedora Aeronáutica
2010	Cando 9 ^o DN	61 ^o BIS	BA de Natal
2011	Cando 7 ^o DN	16 ^o BLog	BA do Galeão
2012	Cando 8 ^o DN	DEC	BA de Santa Maria
2013	Cando 7 ^o DN	CMA	CINDACTA II
2014	Cando 9 ^o DN	51 ^o CT	EEAer

Tabela 1 - Organizações militares vencedoras do "Prêmio Melhor Gestão" nos anos recentes

Fonte: o autor

Obs: OMH - organização militar hospedeira

Mobilização Nacional

Na busca da consolidação do objetivo de criar e solidificar a mentalidade de Mobilização Nacional, realizam-se Seminários de Mobilização Nacional com a participação de países da União Sul-Americana de Nações (UNASUL) e de órgãos da estrutura governamental brasileira, com o propósito de fomentar medidas de confiança e transparência para o fortalecimento da UNASUL e compartilhar informações e experiências sobre a organização e o funcionamento dos sistemas de mobilização dos países membros (**Figura 9**).

Nas reuniões da Secretaria-Executiva do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), envidam-se esforços para a inserção de temas voltados para a Defesa, no contexto dos programas do Governo Federal.

Encontra-se em desenvolvimento o levantamento da capacidade da logística nacional de interesse da Defesa, nos setores de transporte, telecomunicações, energia, indústria e saúde, com as finalidades de colher informações úteis ao SINAMOB e alimentar o banco de dados da Mobilização, por intermédio do Sistema de informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD).

Outro extraordinário avanço na consolidação e transparência do SINAMOB consiste na participação de seus integrantes em exercícios de adestramento de tropas, nos quais seus representantes podem vivenciar as peculiaridades locais, interagir com os desafios da mobilização nacional e buscar soluções logísticas adequadas a cada região do país.

Controle da Atividade de Aerolevanteamento

Em cumprimento à legislação que regula a atividade de Aerolevanteamento, de interesse da segurança e defesa nacionais, cabe à CHELOG providenciar a inscrição de empresas de aerolevanteamento junto ao MD; conceder autorizações a novos projetos de aerolevanteamento e realizar visitas técnicas de acompanhamento, com ênfase no processamento e na guarda dos produtos de aerolevanteamento.

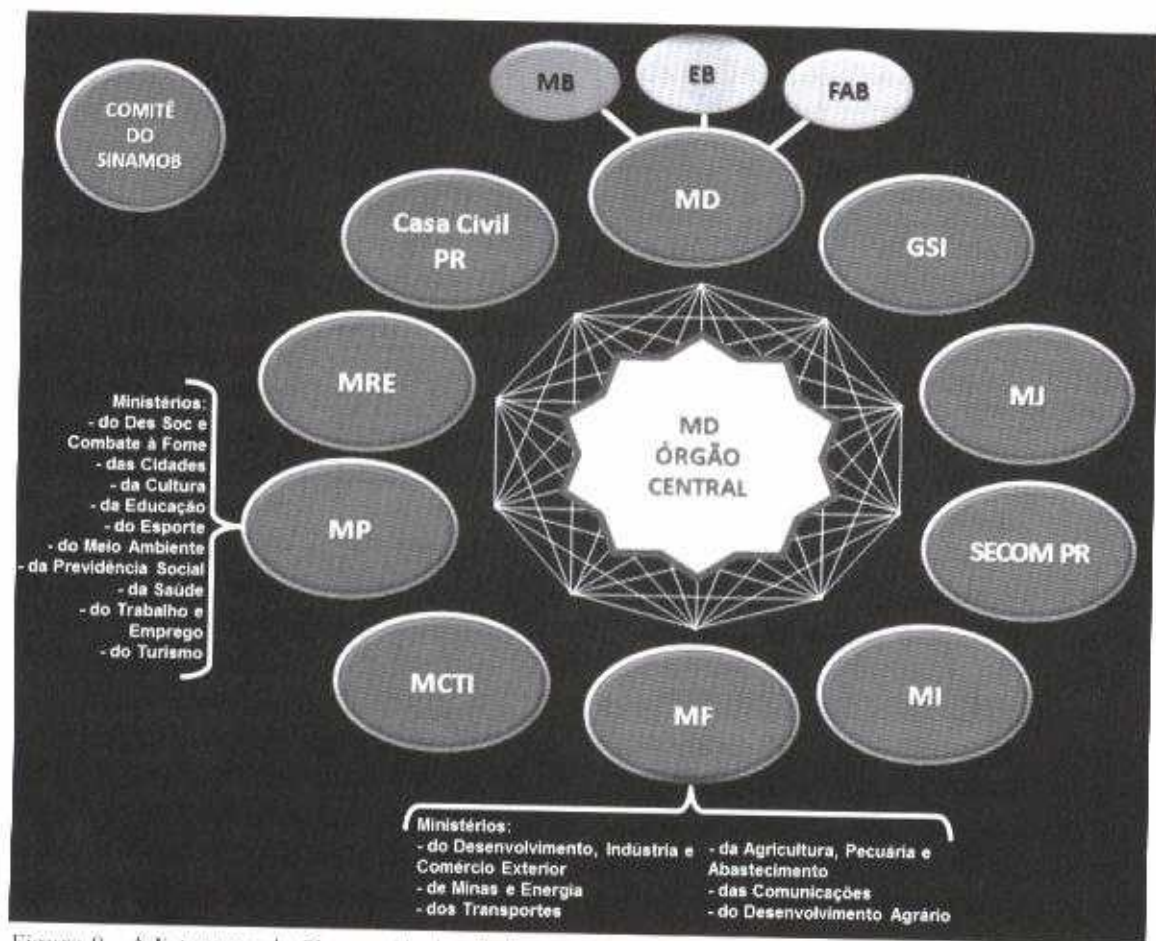


Figura 9 - A Estrutura do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB)

Fonte: Ministério da Defesa

Comissão de Logística Militar (COMLOG)

A COMLOG foi instituída pela Portaria nº 698/MD, de 3 de dezembro de 2002 e alterada pela Portaria nº 534/MD, de 3 de março de 2012. É presidida pelo CHELOG e composta por representantes do EMCEFA e das FA.

A COMLOG tem como metodologia de trabalho a execução de sessões e o estabelecimento de subcomissões interforças. Dentre suas principais atribuições, destaca-se a proposição de medidas que visem elevar os níveis de cooperação e interoperabilidade entre as FA. Um dos resultados finais esperados consiste na

formulação de requisitos operacionais conjuntos (ROC) de materiais de interesse comum entre as Forças Singulares.

Um exemplo de atividade da COMLOG foi a realização do Seminário de Medicina Operativa, no Forte Copacabana, em setembro de 2014, com o objetivo de fortalecer a interoperabilidade logística entre as Forças Armadas.

Apoio Logístico ao Programa Mais Médicos

O EMCEFA, por meio da Chefia de Logística, e as Forças Armadas vêm prestando

importante e eficiente apoio ao Programa Mais Médicos, na recepção nos aeroportos; no transporte diário para os centros de capacitação; no transporte aéreo para as capitais estaduais, em aeronaves da FAB e outros meios de transporte; e na distribuição de médicos cooperados e intercambistas nos diversos municípios do país.

Desde agosto de 2013, foram transportados 13.713 médicos inscritos no Programa, atendendo 4.104 municípios brasileiros e 42 distritos sanitários especiais indígenas.

Outra importante contribuição ocorre na área de supervisão médica, por meio do apoio logístico de transporte prestado a médicos supervisores em locais de difícil acesso, beneficiados com profissionais contratados pelo referido programa.

Projeto Estratégico “Centro Conjunto de Medicina Operativa das Forças Armadas”

Paralelamente às importantes competências regimentais, cabe à Chefia de Logística enfrentar novos desafios, que resultarão em grandes e necessárias transformações para alicerçar mais fortemente o EMGEA como condutor, integrador e orientador das ações de interoperabilidade entre as Forças Armadas. O Projeto Estratégico da criação do “Centro Conjunto de Medicina Operativa das Forças Armadas”, concebido como portfólio prioritário pelo Ministério da Defesa, tem por objetivo dotar o Brasil de um centro de excelência no treinamento médico operativo, de modo a tornar o país uma referência, tanto no tratamento do trauma de combate, como na resposta médica a eventos com múltiplas vítimas, sejam de acidentes naturais ou antrópicos.

Uma ação importante foi a realização de um Seminário de Medicina Operativa, para desenvolver a capacidade de treinamento em Medicina Operativa e incentivar a cooperação entre os países do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Durante o mesmo, foram realizadas simulações com o emprego de tropa. Entre outros incidentes, ocorreu o emprego de unidade avançada de trauma e de equipe de resgate em ambulância blindada.

Projeto Estratégico “Defesa Alimentar”

Outro projeto estratégico em curso é o de “Defesa Alimentar”, que tem o objetivo de introduzir nas organizações militares uma cultura em Gestão de Segurança dos Alimentos no âmbito do MD e das FA, baseada em mudanças comportamentais.

São exemplos de ações realizadas dentro deste projeto:

- visita a organizações militares para a promoção de melhorias na alimentação da tropa, a identificação de boas práticas e o emprego de novas tecnologias;
- palestra sobre segurança alimentar para o Contingente Brasileiro no HAITI;
- cursos de segurança alimentar para cadetes de Intendência na AFA e na AMAN.

Projeto Estratégico “Geoinformação de Defesa”

O Projeto Estratégico “Geoinformação de Defesa” destina-se a normatizar a atividade de geoinformação no âmbito do Ministério da Defesa e construir ferramentas imprescindíveis ao apoio à decisão nos níveis

estratégico, operacional e tático. Por meio do estabelecimento da Infraestrutura de Dados Espaciais de Defesa (IDE/Defesa), com base em um banco de dados integrado e disponível às três Forças, o projeto contribuirá para o incremento da interoperabilidade entre as FA. A gestão da geoinformação no âmbito do MD preenche uma lacuna ainda existente, sendo essencial no apoio ao planejamento das operações militares e interagências, e na execução de ações subsidiárias.

Projeto Estratégico de “Estruturação do Centro Conjunto de Logística e Mobilização”

O Projeto Estratégico de “Estruturação do Centro Conjunto de Logística e Mobilização” (CCLM) tem por objetivo promover a interoperabilidade e a uniformidade dos tra-

balhos de concentração estratégica e reversão de meios na execução das operações conjuntas e a otimização nos transportes, favorecendo a coordenação do atendimento do apoio terrestre, aéreo e marítimo e propiciando economia de recursos.

Por exemplo, na realização da Operação Ágata 9, o CCLM foi ativado e operou ativamente, apoiando as diversas forças federais e estaduais envolvidas.

Assim, a Chefia de Logística, no cumprimento de suas atribuições junto ao EMCFA, tem como missão integradora a realização de atividades ligadas à logística conjunta que visem incrementar a cooperação e a interoperabilidade nas Forças Armadas Brasileiras, a fim de dotá-las de capacidade de defesa imediata, em face dos ambientes estratégicos e das ameaças levantadas. **[53]**

NR: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.